



# M U N I C Í P I O D E G Ó I S

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CATORZE DE JULHO DE 2015

-----No dia catorze de julho do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a Presidência da senhora Dr<sup>a</sup> Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira na qualidade de Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Eng. Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz. -----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto.---

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos.----

### **1 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

#### **1.1 – FALTAS-----**

#### **1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE-----**

#### **1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----**

### **2 – ORDEM DO DIA:-----**

#### **2.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----**

#### **2.2 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO A DANIEL LOPES DE CARVALHO-----**

#### **2.3 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE SERVIÇO PÚBLICO-----**

#### **2.4 – SERVIÇO DE FINANÇAS DE GÓIS/ATENDIMENTO PERSONALIZADO NA FREGUESIA DE ALVARES-----**

#### **2.5 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE/JULIETA DAS NEVES DUARTE CCH-----**

#### **2.6 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE/MANUEL ANTUNES RODRIGUES-----**

#### **2.7 – TRENMO/APRESENTAÇÃO DO ESTUDO PARA A REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE TRANSPORTE PÚBLICO RODOVIÁRIO NO CONCELHO DE GÓIS-----**

#### **2.8 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-----**



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

### 2.9 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA-----

### 4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

### 1 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

#### 1.1 – FALTAS – Não houve.-----

**1.2– INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE** – A senhora Presidente iniciou a sua intervenção propondo ao Executivo que fosse retirado da ordem de trabalhos o ponto **2.3 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE SERVIÇO PÚBLICO**, tendo para o efeito prestado os devidos esclarecimentos.--

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade retirar o citado ponto da ordem de trabalhos.-----

-----Prosseguiu a intervenção, manifestando as suas felicitações a um conjunto de iniciativas de âmbito cultural a que a Câmara Municipal se associou, nomeadamente o Festival Anual de Folclore realizado no Município de Oroso, ação em que o concelho de Góis se fez representar pelo Rancho “As Sachadeiras da Várzea da Casa do Povo de Vila Nova do Ceira”, momento de partilha cultural aos mais diversos níveis, música, dança, profissões, trajes entre outros, que caracterizam as regiões dos grupos presentes. Prevaleceu-se da oportunidade para felicitar a organização e entidades envolvidas no Festival de Folclore promovido pelo Rancho Folclórico Serra do Ceira. Ainda sobre esta temática, congratulou-se pela iniciativa das Marchas Populares realizadas em Alvares, Ponte do Sótão e Vila Nova do Ceira, dirigindo o seu agradecimento às respetivas comissões organizadoras e entidades públicas e privadas que se associaram a estes momentos culturais. De igual modo, felicitou a Cáritas Diocesanas de Coimbra – Lar de Cabreira pela realização de uma Marcha Popular com os utentes da Instituição, evidenciando desta forma o leque de atividades que esta IPSS vem dinamizando junto dos mesmos.-----

-----Felicitou ainda, a A.E.R.G. pela apresentação musical dos alunos da Escola de Música desta Instituição, a qual tem vindo a desenvolver um trabalho notório junto das crianças e jovens que vem formando.-----

-----Aproveitou para felicitar ainda, a Cooperativa Social e Agro - Florestal de Vila Nova do Ceira, CRL, pelo sucesso da III Feira de Produtos Tradicionais, e pelo vasto programa que integrou esta iniciativa, destacando dois momentos: a III



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Jornadas Agro Turismo – Cooperativismo Jovem e a inauguração do Espaço Multiusos da Capela da Costeira.-----

-----A senhora Presidente fez ainda alusão à Feira Sustentável promovida pela Lousitânea na aldeia do xisto da Pena, bem como, à Feira Sustentável de Cortes organizada pela Comissão de Melhoramentos de Cortes, as quais tiveram como objetivo preservar e contribuir para a sustentabilidade local, dando a oportunidade à população de vender alguns dos produtos agrícolas, numa partilha de produtos gastronómicos, música e jogos tradicionais.-----

-----Deu conhecimento que no p.p. dia 10.07.15 foi celebrado no Município da Figueira da Foz, o protocolo entre a AAAGP - Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa (com sede em Paião, Figueira da Foz) e os Municípios da Figueira da Foz, Góis e Oroso, cujo objeto reside na promoção da arte entre os artistas Galegos e Portugueses, através da promoção de alguns eventos nacionais e internacionais.-----

-----Reiterou o seu reconhecido agradecimento à Comissão Organizadora da XIXª edição do Góis Oroso Arte e a todos os trabalhadores da Câmara Municipal que empenhadamente deram o seu melhor contributo para o sucesso desta iniciativa, reconhecimento extensivo a todas as Entidades de direito público e privado que se associaram a mais uma edição deste certame.-----

-----Por último, informou que no p.p. dia 09.07.15 realizou-se assinatura dos contratos de partilha de poupanças entre os Municípios e o Fundo de Eficiência Energética, decorrentes do financiamento atribuído pelo POVT, aos projetos de eficiência energética na iluminação pública, numa cerimónia levada a efeito nas instalações do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, na qual esteve presente o senhor Ministro da Tutela bem como os senhores Secretários de Estado do Ambiente e da Energia e representantes do Fundo de Eficiência Energética. Mais informou que todo este processo terá que estar concluído até 31.12.15, sob pena de haver penalizações para os Municípios que não cumprirem os projetos apresentados, pelo que apelou que os Técnicos da autarquia que acompanham o mesmo, Engº Carlos Cabaço e Assistente Técnico José Manuel que se empenhem para que este seja implementado nos prazos definidos, a fim da Autarquia cumprir com o protocolado.-----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Terminou a sua intervenção, reiterando o seu agradecimento a todas as Entidades públicas e privadas envolvidas no combate ao incêndio de deflagrou em Chapinheira, na freguesia de Vila Nova do Ceira no p.p. dia 09.07.15, reconhecimento extensivo ao senhor Comandante Tavares do CODIS de Coimbra, a ADESA, Corporações de Bombeiros e a todos quanto desde a primeira hora que se disponibilizaram no apoio a este flagelo, registando com agrado os municípios que se solidarizaram com Góis, nomeadamente Mortágua e Arganil, bem como, ao senhor Secretário de Estado da Administração Interna que comunicou a disponibilidade em colaboração com a Câmara Municipal de Góis.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**1.3 - INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES** – Interveio o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia que iniciou a sua intervenção questionando sobre o ponto de situação do projeto Ciclo das Trutas e se o mesmo já foi objeto de pagamentos decorrentes da candidatura apresentada ao PRODER. Sobre o projeto da Praia Fluvial do Sinhel, referiu que tratando-se de um investimento também financiado pelo PRODER, apraz-lhe questionar se a Câmara Municipal não terá algum tipo de penalização, porquanto a empreitada se encontra suspensa. Ainda sobre este processo, referiu o seu contentamento pelo Bar de apoio à praia vir a ser implantado na margem direita do rio, sendo sua opinião que é a localização mais correta para este equipamento. Congratulou-se pela solução provisória do bar, a fim de que durante a época estival os veraneantes possam usufruir do serviço de restauração, enaltecendo a capacidade de improviso do empresário que explora o local por, de imediato, ter reposto condições dignas de funcionamento do Fora d'Horas, após a remoção da infraestrutura anterior.-----

-----Continuou, fazendo referência à água de Vila Nova do Ceira cujo consumo nesta época se torna impróprio, porquanto tem um odor intenso, sendo que a par desta situação se tem verificado constantes roturas no abastecimento da rede pública, facto que leva a que haja uma maior circulação de ar nas canalizações podendo ser motivo para com que exista alguns danos em equipamentos elétricos de uso doméstico, como seja o caso de máquinas de lavar loiça e



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

roupa, tendo solicitado esclarecimento sobre estas questões. Ainda sobre a rede de abastecimento de água à freguesia de Vila Nova do Ceira, questionou o ponto de situação da empreitada, nomeadamente naquilo que foi a candidatura deste projeto e as sucessivas interrupções verificadas no decorrer deste devido a deficiências que não consegue compreender o porquê destas, bem como a existência de trabalhos a mais.-----

-----Terminou a intervenção, fazendo referência às obras de beneficiação do Pavilhão Gimnodesportivo, as quais segundo informação da senhora Presidente em sede de Assembleia Municipal teriam tido o seu término em maio passado, pelo que tratando-se de um serviço que se presta à população é seu entendimento que estas urgem ser concluídas.-----

-----Usou da palavra a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz que iniciou a sua intervenção felicitando a RaizVanguarda pela excelência do concerto de Violoncelo do jovem Arnas Kmieliauskas, levado a efeito na Casa da Cultura de Góis, lamentando a pouca adesão por parte da população a este momento cultural, porquanto iniciativas deste âmbito não são frequentes no concelho.-----

-----Fez referência aos galardões atribuídos às Praias Fluviais de Peneda/Pêgo Escuro e Canaveias, sendo estes motivo de orgulho para todos os Goienses, tendo questionado da existência de Bandeira Rede das Aldeias do Xisto, atribuída pela ADXTUR, porquanto tem visitado algumas praias fluviais onde esta se encontra hasteada.-----

-----Relativamente ao empreendimento Lournal Village, referiu que contrariamente àquilo que muitos especularam sobre o futuro do mesmo, é notável o cumprimento das ações que o investidor se propôs a realizar aquando a apresentação do projeto, tendo dado como exemplo algumas iniciativas levadas a efeito no âmbito do objeto deste projeto, destacando o Encontro de Yoga que irá realizar-se nos meses de setembro e outubro do ano em curso.-----

-----No que concerne à Praia Fluvial do Sinhel, referiu que apesar da empreitada estar suspensa, constatou alguns aspetos que poderão vir a ser objeto de correção assim que sejam retomados os trabalhos, nomeadamente a parte intervencionada da ponte, porquanto é visível a diferença de cores entre os



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

matérias existentes e os ora colocados, bem como a questão da grade colocada junto ao muro, que na sua opinião teria funcionado melhor se esta fosse de madeira, e, se tivesse uma execução de suporte a fim de evitar a projeção direta de lixos para o leito da ribeira. Fez ainda alusão, ao muro da margem direita contíguo ao de pedra o qual no seu entendimento deveria ter sido edificado no mesmo material, uma vez que há um impacto visual, sugerindo que talvez se pudesse revestir este em pedra similar.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia referindo que acompanhou diretamente os trabalhos de combate ao incêndio que deflagrou na localidade de Chapinheira dirigindo o seu reconhecido agradecimento a todos que colaboraram para que este fosse extinto no mais curto espaço de tempo. Agradeceu à Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira e à Câmara Municipal de Arganil pela disponibilização do espaço em Santa Quitéria e recursos humanos para que ali fossem servidas as refeições às corporações de bombeiros e outras pessoas envolvidas no combate ao incêndio, agradecimento extensivo ao Restaurante Beira Rio pela celeridade com que se disponibilizou e confeccionou as refeições.-----

-----Relativamente à representação do Município de Góis no concelho de Oroso aquando o Festival Anual de Folclore, referiu que acompanhou esta iniciativa, congratulando-se pela presença do Rancho “As Sachadeiras da Várzea” que tão bem soube representar uma parte da cultura do nosso território através do folclore.-----

-----A senhora Presidente informou o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia que relativamente às questões colocadas sobre as empreitadas da Praia Fluvial do Sinhel, Ciclo das Trutas e Abastecimento de Água a Vila Nova do Ceira, será um assunto do qual dará conhecimento na próxima reunião do Executivo. No que respeita aos trabalhos a mais na empreitada de abastecimento de água a Vila Nova do Ceira, referiu que estes foram propostos pelos Técnicos da Câmara Municipal.-----

-----No que concerne às obras de beneficiação do Pavilhão Gimnodesportivo, referiu que as mesmas já se prolongam no tempo, pelo que existe a necessidade destas terem o seu término antes do início do ano letivo, pelo que efetivamente



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

terá de se proceder à abertura de concurso para empreitada que encerre os trabalhos em falta, tendo dos mesmos dado conhecimento.-----

-----Usou da palavra o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia que referiu que esta seria a altura ideal para equipar o Pavilhão de um “pavimento portátil”, para que se pudesse utilizar este espaço para outro tipo de eventos.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia que informou de alguns procedimentos que estão a ser realizados no âmbito do abastecimento de água pública à freguesia de Vila Nova do Ceira, realçando que as roturas existentes poderão ser causa de um aumento repentino do caudal de água nas canalizações, não suportando estas o mesmo, fruto da exaustão destes, porém é um facto que a qualidade da água melhorou substancialmente. Quanto ao odor verificado na água informou que irá dar indicações aos serviços para que à semelhança do ano transato verifiquem esta situação.-----

-----A senhora Presidente referiu que relativamente ao empreendimento Loral Village o sucesso do mesmo deve-se também ao investimento de cerca de trezentos mil euros da Câmara Municipal naquilo que foi a instalação de infraestruturas subterrâneas (rede de águas, esgotos, eletricidade e telecomunicações) e requalificação dos arruamentos (pavimentações), tendo cumprido integralmente com o acordado com o promotor. Referiu, que o receio da Câmara Municipal na altura da apresentação do referido projeto é que posteriormente ao investimento público realizado houvesse a intenção de comercialização dos imóveis, facto que desvirtualizava o conceito do projeto. Mais referiu, que espera que este investimento seja um caso de sucesso.-----

-----Informou ainda, que efetivamente a Câmara Municipal tem a Bandeira Rede das Aldeias do Xisto atribuída pela ADXTUR, não sabendo qual o motivo da mesma ainda não ter sido hasteada, pelo que irá dar indicações aos serviços para que se proceda em conformidade.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**2 – ORDEM DO DIA:-----**

**2.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** – De acordo com o determinado pela Lei nº75/2013, de 12 de setembro no seu artigo 57º, a Câmara deliberou por



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia vinte e três de junho de dois mil e quinze, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-

### **2.2 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO A DANIEL LOPES DE CARVALHO**

- O artigo 6º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Góis, estabelece os pressupostos para a atribuição da Medalha de Mérito, *a qual destina-se a agraciar indivíduos ou entidades que pelas suas obras ou ações no campo cultural, artístico, científico, técnico, profissional, desportivo, empresarial, social, cívico ou outro de notável importância justifiquem tal reconhecimento, revelem qualidades e virtudes que devem especialmente apontadas ao respeito e considerações públicos.*-----

-----Neste sentido, proponho à Câmara Municipal que delibere sobre a proposta de atribuição de Medalha de Mérito a Daniel Lopes de Carvalho, reconhecendo com esta homenagem o trabalho realizado no âmbito do associativismo e de uma extraordinária dedicação à causa regionalista.-----

-----Daniel Lopes de Carvalho nasceu a 23 de novembro de 1936 na aldeia de Povorais, Freguesia e Concelho de Góis no seio de uma família humilde. Frequentou e concluiu o ensino primário em Góis, e, com apenas 12 anos de idade foi viver para Lisboa, sem nunca esquecer a terra que o viu nascer. -----

-----Na capital iniciou a sua atividade profissional como moço de fretes nos mercados de Lisboa, sendo que posteriormente exerce a profissão de sapateiro até aos seus 25 anos de idade. Após este período, é admitido como fiel de armazém numa empresa de componentes informáticos, cargo que exerce até ao ano de 1998, data da sua aposentação.-----

-----Em setembro do ano de 1956, com apenas 20 anos de idade, juntamente com alguns conterrâneos funda a Comissão Organizadora da Comissão de Melhoramentos de Povorais, tendo sido sócio fundador, a quem foi atribuído o cartão da coletividade nº1. Dentro da coletividade teve sempre como princípio colocar em primeiro lugar os interesses do povo dos Povorais e consequentemente da Comissão. Em janeiro do ano de 1957, constitui a Comissão de Melhoramentos dos Povorais, tendo também sido aprovado os seus Estatutos, e, igualmente nomeada a Direção, na qual foi eleito como Presidente.-----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Em dezembro do ano de 1958, propôs a criação da Secção de Beneficência, justificando a sua proposta com a situação económica e social que o país atravessava, sendo objeto desta apoiar os mais desfavorecidos, a qual foi votada e aprovada por unanimidade, demonstrando a sua relevância para a terra e para a própria Comissão de Melhoramentos de Povorais. Em fevereiro do ano de 1959, são formalmente aprovados e redigidos os estatutos desta coletividade, sendo no seu nº1 demonstrado o escopo desta Secção de Beneficência - Auxiliar materialmente os necessitados do Lugar dos Povorais: *“É fundada com sede nesta cidade de Lisboa, uma Secção de Beneficência, agregada da Comissão Melhoramentos do Lugar de Povorais, do Concelho de Gois com o fim de auxílio material aos necessitados dos Povorais”* e no seu nº6, alínea d) *“a direção da Secção de Beneficência é órgão de orientação e propaganda e será obrigada a socorrer qualquer natural dos Povorais que esteja registado no cadastro da pobreza da Secção, quer por acidente ou por qualquer outro motivo o ponha em condições financeiras precárias”*.-----

-----Ainda no ano 1959, por obrigação das entidades superiores (Estado Novo), propõe à Assembleia Geral da Comissão de Melhoramentos de Povorais, que altere a sua denominação para “União Progressiva de Povorais”, meramente para questões oficiais, mantendo-se o nome original para todos os efeitos, conforme publicado em Diário da República.-----

-----Fruto da sua dedicação ao associativismo, deslocou-se a Povorais para no ano de 1956 poder assistir à inauguração da Escola Primária dos Povorais. Em 08 de Dezembro de 1958, uma semana após ter contraído matrimónio, promoveu uma excursão com os seus conterrâneos àquela localidade a fim de participarem na inauguração Estrada Nacional nº2 (EN2). Como Presidente e representante desta Comissão em colaboração com outras Comissões, adquiriu uma “carreta funerária” para as cerimónias fúnebres da população.-----

-----Devido às exigências atinentes ao exercício da sua ocupação profissional, principalmente após a revolução de Abril de 1974, data em que inicia a sua vida como autarca, é visível uma menor atividade da Comissão de Melhoramentos de Povorais até ao ano de 1976. Insatisfeito com a situação de “estagnação” da Comissão que superiormente dirige, e, numa ótica de continuar o trabalho em



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

prol do desenvolvimento de Povorais, propõe a integração do Grupo Cultural e Recreativo de Povorais na Comissão de Melhoramentos de Povorais como pólo *“dinizador da cultura e recreio nos Povorais, (...) tinha como missão a realização de organizações com fim de angariar fundos para que seja possível fazer face às despesas com os melhoramentos (...) com autonomia e independência total da Comissão de Melhoramentos de Povorais”*.-----

-----Tendo como base a melhoria das condições de vida e melhoramentos das infraestruturas de Povorais, é sob a sua égide de Presidente da Direção, no período que decorre de 1979 a 1982, que são desenvolvidas uma série de benfeitorias, nomeadamente: Alcatroamento da estrada para os Povorais; Plantação de árvores à entrada da Povoação; Construção de um parque infantil; Arranjo nas alminhas; Construção da estrada para o Porto da Carvalha e Grandes melhorias no recinto da Carvalha (árvore centenária).-----

-----Em fevereiro do ano de 1982, foi finalmente concretizada, talvez a maior conquista da Comissão de Melhoramentos de Povorais, pois foi através desta que, com muita insistência, dedicação e amor à terra, que viu chegar a eletricidade aos Povorais. Para a cerimónia desta mais-valia para aquela localidade organiza viagem com os naturais de Povorais residentes na capital.----

-----Desde 1987 e até aos finais da década de 90, com a sua dinâmica de empreendedor e regionalista, funda a Cooperativa Agro-Pecuária de Povorais, C.R.L. para a criação de ovinos e caprinos nas terras íngremes dos Penedos de Góis, procurando desta forma dar uma nova dinâmica à aldeia. No seio da Comissão de Melhoramentos de Povorais, incentiva e promove a criação de uma mercearia para servir a povoação, evitando a deslocação da população à sede do concelho, porquanto dista alguns quilómetros da localidade. -----

----Ao longo da década de 90 e até ao ano de 2001, assume vários cargos e responsabilidades na Comissão de Melhoramentos de Povorais, incentivando as gerações mais novas a integrar os órgãos sociais da coletividade com o intuito de darem continuidade ao trabalho desenvolvido. É igualmente neste período, que no campo partidário, assume o lugar de Vogal na Assembleia Municipal de Sintra, sede de concelho onde vive, desde 1972.-----

-----Em 2008, regressa aos órgãos dirigentes da Comissão de Melhoramentos de



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Povorais, que desde Agosto do ano 2007 é dirigida por uma Comissão Administrativa, numa ótica de dar um novo impulso à sua terra. -----

-----Recentemente, em março de 2015, com 79 anos de idade, e, após entrega total em prol da sua terra natal, deixa de assumir o cargo como elemento da Direção, mantendo a sua postura de regionalista, continuando a dar o seu melhor contributo às gerações que presentemente abraçam o seu sonho.-----

-----Em junho do corrente ano, mantém toda a sua glória e verticalidade, através das suas intervenções nas mais diversas áreas da cidadania, sem esquecer suas raízes e experiência, no campo da política, social e regionalista.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir a Medalha de Mérito a Daniel Lopes de Carvalho.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

### **2.3 – SERVIÇO DE FINANÇAS DE GÓIS/ATENDIMENTO PERSONALIZADO**

**NA FREGUESIA DE ALVARES** - A senhora Presidente deu conhecimento do pedido formalizado pelo chefe de Finanças de Góis, Dr. Ricardo José Leal da Conceição junto do sr. Diretor de Finanças de Coimbra para a realização de atendimento presencial deslocalizado na freguesia de Alvares.-----

-----Referiu que na referida solicitação foram apresentados alguns fundamentos que justificam a mesma, sendo de felicitar e congratular o senhor Chefe de Finanças de Góis pela atitude nobre que tomou junto da sua chefia, a fim de tornar mais célere a prestação dos serviços junto da freguesia mais longínqua da sede do concelho. Acrescentou, que tanto a Câmara Municipal de Góis como a Junta de Freguesia de Alvares se disponibilizaram desde a primeira hora para colaborarem neste processo.-----

-----Usou da palavra a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz realçando a postura do sr. Chefe de Finanças de Góis, que a expensas próprias se disponibiliza a prestar os serviços desta natureza na Freguesia de Alvares, pelo que se congratula e agradece o gesto solidário para com os munícipes daquela freguesia.-----

-----A senhora Presidente referiu que espera que o referido pedido seja superiormente anuído a bem dos munícipes da freguesia de Alvares, que aquando a implementação do Espaço do Cidadão beneficiarão de um serviço



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

acrescido.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2.4 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE/JULIETA DAS NEVES**

**DUARTE CCH** - Foi presente a informação n.º 51/2015 da DAG – Serviço Jurídico e Contraordenações, datada de 02.07.15, relativamente ao pedido de emissão de certidão sobre autorização de constituição de compropriedade de um prédio rústico, requerida pela Dr.ª. Maria João Silva Rosa, advogada e representante legal de Julieta das Neves Duarte CCH.-----

-----A senhora Presidente deu conhecimento que a requerente vem solicitar a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Gândara, composto por olival, com uma área total de ha 0,145000 a confrontar do norte com António Vala Coelho; sul com Arsénio Pinto, do nascente com Urbano do próprio e poente com Câmara Municipal, inscrito na matriz rústica de Góis sob o nº1862.-----

-----Trata-se de um pedido de parecer nos termos do n.º 1 art.º 54º da Lei nº 91/95 de 02.09, com a redação dada pela Lei n.º 165/99, de 14.09, Lei n.º 64/2003, de 23.08 e pela Lei n.º 10/2008, de 20.02, no qual é referido que o aumento do número de compartes não irá implicar parcelamento físico que vise infringir o regime legal dos loteamentos.-----

-----Segundo a Lei, atrás referida só pode ser emitido parecer desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação do regime legal de loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana.-----

-----Assim sendo, parece que o objetivo do legislador terá sido o de possibilitar o controlo sobre o parcelamento físico ou jurídico dos prédios rústicos, desde logo quando tal parcelamento contrarie o regime legal dos loteamentos ou dele derivem parcelas sem qualquer rendibilidade económica, como poderá acontecer, a título meramente exemplificativo, nas seguintes situações:-----

-----a) Quando da compropriedade resulte o parcelamento, ainda que apenas físico, de prédio rústico localizado fora do perímetro urbano, com o objetivo de se destinar a edificação, por contrariar a regra da localização prevista no art.º 41º



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

do Decreto-lei n.º 555/99 de 16/12, com a redação em vigor, exceto se for um caso subsumível de destaque;-----

----b) Quando, ainda que não seja para construção, resultante de um elevado número de compartes, a criação de parcelas não viabilizem qualquer exploração económica;-----

----c) Quando, mesmo dentro do perímetro urbano, o parcelamento em questão contrarie um qualquer instrumento territorial.-----

----No caso em apreço, trata-se de um prédio proveniente de herança indivisa aberta por óbito de António Rosa Garcia, o qual, de acordo com as declarações expressamente prestadas pelos requerentes, se destina a permanecer inteiro e indiviso fisicamente.-----

----A requerente refere que o seu interesse no aumento de comproprietários tem em vista a formalização da escritura de partilhas do prédio rústico. Acrescenta ainda que do ato não resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, por não se verificar a divisão física da propriedade em parcelas.-----

----A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação supra deliberou por unanimidade emitir parecer favorável ao pedido de emissão de certidão sobre autorização de constituição de compropriedade do referido prédio rústico.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**2.5 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE/MANUEL ANTUNES RODRIGUES** - Foi presente a informação n.º 65/2015 da DAG – Serviço Jurídico e Contraordenações, datada de 02.07.15, relativamente ao pedido de emissão de certidão sobre autorização de constituição de compropriedade de um prédio rústico, requerida por Manuel Antunes Rodrigues.-----

----A senhora Presidente deu conhecimento que o requerente vem solicitar a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade dos seguintes prédios rústicos:-----

----a) Sito em Charneca, composto por mata de acácias e pastagem, com uma área total de ha 0,100000 a confrontar do norte com Carlos Barata Antunes e outros; sul com Augusto António (CCH) e outro; do nascente com Caminho e



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

poente com caminho, inscrito na matriz rústica de Góis sob o nº8353.-----

-----b) sito em Charneca, composto por mata de acácias, com uma área total de ha 0,060000 a confrontar do norte com Aníbal Barata Antunes; sul com caminho; do nascente com Jaime Duarte e poente com Francisco António, inscrito na matriz rústica de Góis sob o nº8165.-----

-----Trata-se de um pedido de parecer nos termos do n.º 1 art.º 54º da Lei nº 91/95 de 02.09, com a redação dada pela Lei n.º 165/99, de 14.09, Lei n.º 64/2003, de 23.08 e pela Lei n.º 10/2008, de 20.02, no qual é referido que o aumento do número de compartes não irá implicar parcelamento físico que vise infringir o regime legal dos loteamentos.-----

-----Segundo a Lei, atrás referida só pode ser emitido parecer desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação do regime legal de loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana.-----

-----Assim sendo, parece que o objetivo do legislador terá sido o de possibilitar o controlo sobre o parcelamento físico ou jurídico dos prédios rústicos, desde logo quando tal parcelamento contrarie o regime legal dos loteamentos ou dele derivem parcelas sem qualquer rendibilidade económica, como poderá acontecer, a título meramente exemplificativo, nas seguintes situações:-----

-----a) Quando da compropriedade resulte o parcelamento, ainda que apenas físico, de prédio rústico localizado fora do perímetro urbano, com o objetivo de se destinar a edificação, por contrariar a regra da localização prevista no art.º 41º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16/12, com a redação em vigor, exceto se for um caso subsumível de destaque;-----

-----b) Quando, ainda que não seja para construção, resultante de um elevado número de compartes, a criação de parcelas não viabilizem qualquer exploração económica;-----

-----c) Quando, mesmo dentro do perímetro urbano, o parcelamento em questão contrarie um qualquer instrumento territorial.-----

-----No caso em apreço, trata-se de um prédio proveniente de herança indivisa aberta por óbito de Henrique Rodrigues, os quais, de acordo com as declarações



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

expressamente prestadas pelo requerente, se destina a permanecer inteiro e indiviso fisicamente.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação supra deliberou por unanimidade emitir parecer favorável ao pedido de emissão de certidão sobre autorização de constituição de compropriedade dos referidos prédios rústicos.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

### **2.6 – TRENMO/APRESENTAÇÃO DO ESTUDO PARA A REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE TRANSPORTE PÚBLICO RODOVIÁRIO NO CONCELHO DE**

**GÓIS** - Foi presente o Estudo para a Reestruturação da Rede de Transporte Público Rodoviário no Concelho de Góis, cujo documento constitui o Anexo I da presente Ata.-----

-----A senhora Presidente referiu que o presente estudo foi realizado para encontrar novas formas de gestão dos serviços da mobilidade e dos transportes, visando uma maior coesão territorial. Referiu ainda, que neste pretendeu-se encontrar soluções inovadoras de transporte coletivo, que contemplem, entre outros, estruturas de prestação de serviços de transporte público personalizado, utilização coletiva de transporte público individual, bem como a racionalização da oferta de transportes públicos em articulação com a rede de transportes escolares. A concretização deste objetivo passou pela elaboração de um estudo municipal para a reestruturação da rede de transporte público rodoviário, que fomentasse a articulação entre os diferentes modos de transporte, a racionalização do sistema e a minimização dos custos de investimento e exploração, articulada com o sistema global de transportes e acessibilidades do concelho.-----

-----Dada a palavra ao senhor Professor Álvaro Costa, responsável pela empresa que realizou o estudo, este explicou que o Estudo para a Reestruturação do Sistema de Transporte Público no concelho de Góis estava dividido em duas fases: a de caracterização e diagnóstico da situação atual, nomeadamente em termos de oferta e procura existente, sendo a segunda a proposta de atuação para a melhoria da mobilidade e do sistema de transportes. Neste documento é apresentada uma síntese da primeira fase do estudo, ou seja, o retrato da



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

situação atual em termos de mobilidade, oferta, caracterização demográfica, procura (tanto em termos populacionais como de geração de viagens) e particularidades do sistema de Transporte Público no concelho de Góis.-----

-----Referiu que a metodologia adotada nesta primeira fase foi sobretudo de reconhecimento do terreno, nomeadamente dos locais de grande concentração de alunos, em particular, e de população, em geral, assim como da rede viária existente e suas condições em termos de acessibilidade. Mais referiu que nesta primeira abordagem ao concelho em estudo é apresentada uma caracterização do território e da população, o que permite retratar a realidade demográfica e evidenciar as especificidades locais e regionais. A caracterização tem como principal foco as várias freguesias do concelho de Góis. Referiu ainda, a existência de dados recolhidos ao nível da NUT III em que o concelho se encontra inserido (Pinhal do Interior Norte e restantes concelhos da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra que abrangem também todo o Baixo Mondego) para uma melhor compreensão da realidade do concelho em relação aos concelhos envolventes com os quais dispõe de uma relação mais ou menos direta. Procedeu-se igualmente à identificação dos principais polos geradores de viagens, fazendo um levantamento dos equipamentos estruturantes mais relevantes, que permitem uma melhor compreensão dos padrões de mobilidade das populações e das suas necessidades em termos de transportes. Foi dada uma especial importância ao papel das escolas no que toca à geração de mobilidade, algo de importância vital para a sustentabilidade de uma rede de transportes, considerando que são os alunos os principais utilizadores e são os que mantêm, ao longo do ano, um padrão de mobilidade regular. No que concerne à caracterização do sistema de transporte, referiu que foi realizado o levantamento da rede e da oferta dos operadores de carreiras regulares e expressos nacionais presentes no concelho. Para efeitos mais profundos de análise foi considerado o principal operador de carreiras regulares do concelho de Góis: a Transdev. Estes dados permitem esboçar um diagnóstico da oferta atual da rede e da sua cobertura espacial. Relativamente à procura foi dada particular importância à procura escolar e à forma como o Transporte Escolar se processa dentro do concelho, entre carreiras públicas e circuitos especiais.



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Referiu ainda, que a análise financeira da rede de transporte público atualmente em operação é realizada do lado da Câmara Municipal, sendo por isso apresentados os seus encargos financeiros com transporte, nomeadamente a vertente escolar. Estes encargos estão divididos em custos internos e externos, estando presente nos internos os resultantes da existência de frota e pessoal afeto a esta, enquanto que nos externos estão as despesas com o transporte escolar em carreira pública e alguma da rede assegurada por subsídio municipal.-----

-----Referiu que uma vez concluída esta caracterização do concelho, encontram-se reunidas as condições para que se dê início à próxima etapa do Estudo nomeadamente, à segunda fase que consiste na definição de estratégias para a melhoria das condições de mobilidade no concelho de Góis, em particular através da reestruturação da rede de Transporte Público. Esta estratégia deverá ir de encontro às aspirações da Câmara Municipal, pelo que o seu acompanhamento é essencial.-----

-----Prosseguiu, referindo que com base nas conclusões desta primeira fase do estudo estão definidos os objetivos a atingir, que deverão contribuir para a definição de uma estratégia concreta de atuação e para a melhoria das condições de mobilidade e de acessibilidade proporcionadas pelo sistema de transporte público no concelho de Góis. O principal propósito nesta segunda fase será o de reorganizar o atual sistema de transportes no concelho de Góis recorrendo para tal a soluções mais vantajosas, ao mesmo tempo que se pretende, em colaboração com entidades locais, gerir a procura de forma a obter um serviço mais fiável e com melhor frequência nos dias e horas em que as pessoas viajam. Em termos de reajustamento de horários, o mapeamento dos principais polos geradores e a análise da informação recolhida no terreno, servirão de base à sua determinação, uma vez que, como serviço básico encontra-se a satisfação dos principais motivos de viagem, como as ligações aos serviços de saúde e da educação.-----

-----Relativamente ao serviço que irá ser proposto, referiu que este será caracterizado através do seu tipo, da sua forma de exploração, do seu horário, da sua frequência e das suas principais características de funcionamento. Ter-



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

se-á em conta a melhoria das condições de mobilidade em momentos-chave, tais como durante o verão, em que o acesso às praias fluviais é fundamental.-----

-----Concluiu, referindo que as propostas e soluções apresentadas terão em vista a obtenção de uma rede de transportes coletivos rodoviários eficiente, com uma gestão rentável dos recursos e, como tal, viável economicamente. Pretende-se no fundo obter uma boa integração da rede, contemplando as vertentes física, lógica e tarifária. O objetivo final é manter os custos atuais do município com transporte, melhorando a rede de transporte público ou, caso o município deseje, uma redução dos encargos com a manutenção da qualidade de transporte prestado. Finalmente é de ressaltar que alguns dados relativos à fase de diagnóstico ficaram pendentes para confirmação de determinadas informações por parte do município, que depois de esclarecidas serão integradas no relatório final. Desta forma o diagnóstico estará completo e a solução irá de encontro à situação real atual e futura no plano do sistema de transportes no concelho de Góis.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia que referiu que o objetivo principal deste estudo é a melhoria da oferta de serviços de transporte público através da implementação de soluções de transporte inovadoras, adaptadas às especificidades próprias deste território, bem como, o alargamento e diversificação da rede de serviços de transportes municipais, ajustando horários à necessidades dos munícipes reduzindo o tempo de espera nomeadamente aos alunos do concelho que diariamente usufruem da rede de transporte escolar existente. -----

-----Interveio o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referindo que trata-se de um estudo muito bem organizado o qual trará vantagens bastante positivas para todos aqueles que usufruem da rede de transporte público, havendo a preocupação de readaptar horários capazes de melhor satisfazer os usuários destes serviços, nomeadamente dos alunos que por motivos de proximidade frequentam o 2,3 CEB em concelhos limítrofes, particularmente da freguesia de Alvares.-----

-----Usou da palavra o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referindo que o estudo apresentado demonstra bem a atual situação da rede de



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

transporte público rodoviário existente no concelho de Góis, apresentando soluções capazes de melhor servir as populações, quer em termos de redução no período de tempo de espera, nomeadamente dos alunos do concelho que a rede existente serve, quer numa maior abrangência de serviço de transporte público à população.-----

-----Usou da palavra a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz congratulando-se pelo estudo apresentado, sendo este perceptível da rede transporte público rodoviário existente no concelho, bem como das soluções para a melhoria da mesma aos mais diversos níveis, a fim que a reestruturação da rede de transporte público rodoviário do concelho possa servir mais e melhor as populações que usufruem deste serviço. Fez ainda alusão, ao impacto que esta reorganização poderá ter junto do serviço da rede de táxis existente no concelho, questão a que o senhor Professor Álvaro Costa informou da possibilidade da existência de alguns circuitos a realizar através de transporte de táxi, tendo dado alguns exemplos.-----

----A senhora Presidente apresentou algumas questões, nomeadamente em termos de viaturas municipais, seguros, motoristas, vigilantes de transportes escolares e prestação de outros serviços de transporte, às quais o senhor Professor Álvaro Costa apresentou os devidos esclarecimentos, sendo que se trata de assuntos que terão que ser devidamente apresentados e analisados junto dos prestadores de serviços.-----

-----Terminou a análise do presente assunto agradecendo em nome do Executivo a disponibilidade do senhor Profesdor Álvaro Costa em deslocar-se à Câmara Municipal a fim de apresentar em sede do Executivo o Estudo para a Reestruturação do Sistema de Transporte Público no concelho de Góis, reputando este de excelência porquanto é demonstrativo da atual rede de transporte público que serve o concelho, apontando soluções eficazes para a melhoria da rede existente.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**2.7 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** - A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia oito de julho do ano em curso, cujo documento constitui



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

o Anexo II da presente Ata.-----

-----A senhora Presidente informou que o subsídio de transferências correntes destina-se a apoiar financeiramente a Associação, Desportiva, Recreativa e Cultural Filarmónica Varzeense – FILVAR e Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra.-----

-----Informou ainda, que como é do conhecimento do Executivo em fevereiro de 2015, foi presente à Câmara Municipal e posteriormente à Assembleia Municipal, proposta para recrutamento de 3 trabalhadores com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado da carreira/categoria assistente operacional para exercer as funções de nadadores salvadores (1 para a Praia Fluvial da Peneda/Pego Escuro, 1 para a Praia Fluvial das Canaveias e 1 terceiro para realizar as folgas dos outros dois nadadores), sendo que do procedimento concursal foram rececionadas duas candidaturas, apenas um dos candidatos se apresentou na entrevista de avaliação de competências, pelo que apenas foi celebrado um contrato de trabalho.-----

-----Posteriormente, e de acordo com a informação da Técnica Superior Sandra Coelho, na sequência de uma reunião em que esteve presente na Agência Portuguesa do Ambiente/Autoridade Regional Hidrográfica do Centro, que versou sobre a gestão de águas balneares (Época balnear de 2015 e Novo Regime Jurídico Nadador Salvador nas Praias Fluviais), deu conhecimento que *“A maior alteração para o próxima época balnear é o cumprimento da lei nº 68/2014 de 29/08 que obriga a permanência em praias designadas de 2 nadadores salvadores (pontos 1 e 3 do artigo 30º da referida lei), o não cumprimento desta legislação retira todos os galardões atribuídos, esta fiscalização será realizada nas praias marítimas pelas capitánias e nas praias fluviais pelas equipas de GNR/SPENA.”* e *“Assim e sendo uma obrigatoriedade o cumprimento integral desta legislação há necessidade de contratualizar 6 nadadores salvadores, de forma a não colocar em causa a designação das praias fluviais da Peneda /Pego Escuro em Gois e Canaveias em Vila Nova do Ceira e a obtenção dos galardões “Bandeira Azul” e “Praia Acessível, Praia para todos” nas 2 praias fluviais.”*-----

-----De forma a dar cumprimento com a legislação em vigor (existência a tempo



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

inteiro de 2 nadadores salvadores em cada Praia), deveriam estar ao serviço pelo menos 5 nadadores, situação que não se conseguiu concretizar. Considerando o disposto na Lei nº35/2014, de 20 de junho, o Município também não pode recorrer à figura da contratação de serviços, uma vez que esta implica a não existência de sujeição de direção por parte do Município, nem horário de trabalho, situação que não se verifica. Por fim, verifica-se ainda que outra alternativa seria a abertura de um novo procedimento concursal, mas que tal, primeiro pela morosidade não estaria concluído atempadamente, e por outro lado, considerando o que sucedeu com o primeiro, as probabilidades do procedimento ficar deserto eram bastantes.-----

-----Neste sentido, e para que o Município de Góis cumpra com a legislação em vigor e não coloque em causa os galardões atribuídos, informou que à semelhança do ano anterior a Câmara Municipal solicitou a colaboração da Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra no recrutamento de quatro nadadores salvadores, tendo sido celebrado protocolo no qual compete à Autarquia a atribuição de subsídio mensal para pagamento de despesas de remuneração, sendo da responsabilidade desta ADL despesas com os seguros de acidentes de trabalho.-----

-----A senhora Presidente prevaleceu-se da oportunidade para em nome do Executivo agradecer ao senhor Presidente da ADIBER, a disponibilidade em colaborar mais uma vez com a Câmara Municipal neste processo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as transferências correntes no montante de dez mil euros.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

**2.8 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA** - Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria, do dia treze de julho do ano em curso, no montante de um milhão, cento e noventa e oito mil, oitocentos e quarenta euros e noventa e um cêntimos.-----

**3 - APROVAÇÕES EM MINUTA: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO A DANIEL LOPES DE CARVALHO; CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE/JULIETA DAS NEVES DUARTE CCH; CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE/MANUEL ANTUNES RODRIGUES; MAPA DE**



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.-----

#### 4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

-----a) Interveio o senhor José António Vitorino Serra referindo que relativamente ao estudo presentemente apresentado sobre a reestruturação da rede de transporte público rodoviário, lembrou a existência de transporte escolar efetuado pela Santa Casa da Misericórdia de Góis, fruto do protocolo com o Município de Góis, no qual são feitos diariamente 160 Km. Referiu ainda, que a viatura em fevereiro de 2016 irá ter 16 anos de existência, pelo que possivelmente não terá condições legais para transporte de crianças.-----

-----Fez alusão às obras inacabadas do Pavilhão Gimnodesportivo, as quais urgem ser concluídas, em virtude deste espaço ser um ponto de encontro de alguns torneios desportivos não parecendo nada bem o usufruto deste equipamento nas atuais condições.-----

-----Continuou, lamentando que na discussão de assuntos de interesse para o Município, não tenha sido abordado o encerramento do Centro Municipal e Ação Social da Santa Casa da Misericórdia de Góis, assunto que merece de todos nós uma atenção redobrada, apelando o empenho de todos para que a ARSC retroceda na decisão que tomou. Deu ainda conhecimento de algumas diligências tomadas junto das competentes entidades relativamente a este assunto, bem como, da conferência de imprensa realizada neste âmbito. Ainda sobre este assunto, lembrou a importância do PSD local em interagir neste processo, porquanto é o partido que está no governo. Lembrou, que trata-se de um processo que do mesmo deve ser dado conhecimento aos senhores Secretário de Estado e Ministro da Saúde.-----

-----Por último, agradeceu ao senhor Presidente da Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, Dr. Miguel Ventura, presente nesta reunião, a crónica publicada no Diário de Coimbra sobre o assunto atrás mencionado.-----

-----A senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que sobre o encerramento do Centro Municipal de Saúde e Ação Social da Santa Casa da Misericórdia de Góis está de consciência tranquila porquanto enveredou esforços junto das competentes Entidades para que o encerramento desta



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

unidade de saúde não venha a ser uma realidade como é do conhecimento de todos, relembrando algumas *démarches* tomadas nesse sentido, bem como da disponibilidade da Câmara Municipal para manter em funcionamento este equipamento.-----

-----b) Interveio o senhor Dr. Miguel Ventura que na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Góis está solidário com todas as diligências que a Santa Casa da Misericórdia de Góis tem feito sobre o assunto ora discutido, sendo que a sua crónica no Diário de Coimbra foi no sentido de passar a mensagem, de que os territórios do interior, e Góis não foge à regra, estão contrariamente aquilo que nos discursos se diz estão em continuo abandono e as assimetrias com as regiões do litoral são cada vez maiores.-----

-----Relativamente ao CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social, referiu que no concelho de Góis a implementação deste Projeto tem dinamizado ações que deixou marcas no concelho, sendo que o Município não deixou as populações desprotegidas após a sua conclusão, tendo dado continuidade a algumas ações, exemplificando com a ação de teleassistência – assistência à distância à população idosa num universo de 16 pessoas, bem como a academia sénior e quinta da ribeira. Referiu a existência de um conjunto de iniciativas que emergiram com o CLDS às quais foi garantida a continuidade. Ainda, sobre este assunto, informou da que questionou o senhor Diretor do Centro Distrital de Coimbra da Segurança Social quanto aos critérios de seleção para a atribuição do CLDS, tendo sido por si questionado e o porquê de Góis não ter sido selecionado como território elegível para dar continuidade às ações que este programa vinha a desenvolver junto da população.-----

-----Prosseguiu, referindo que no que concerne à RLIS – Rede Local de Intervenção Social, não compreende como é que o concelho de Góis vai desenvolver uma rede com estas características em parceria com o Município de Vila Nova de Poiares. Acrescentou, que se foi vetado ao Município de Góis a continuidade do CLDS, poderia ter sido equacionada a hipótese de uma RLIS exclusivamente para o concelho, isto quando há outros concelhos no distrito de Coimbra que têm estes dois projetos em funcionamento.-----

-----Quanto ao DLBC, referiu que o concurso está aberto estando a ADIBER -



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra a trabalhar a candidatura a qual terá que ser entregue até 27.07.2015, sendo que o estipulado no Aviso para esta 2ª fase foi mais um retrocesso no que foi a intervenção do LEADER ao longo destes 20 anos, porque condicionam a intervenção apenas para o apoio a iniciativas empresariais que devem ser uma prioridade na criação de riqueza e emprego. Porém não se fixam pessoas nestes territórios apenas com estas iniciativas, sendo preciso manter e gerar dinâmicas locais como o apoio ao associativismo, às respostas sociais, à dinamização cultural deste território e o que verificamos é que ficamos totalmente condicionados com essa mesma intervenção.-----

-----No que concerne ao Fundo Social Europeu, informou que o DLBC da Região Centro vai apenas poder apoiar iniciativas empresarias promovidas por desempregados e/ou inativos, i.e, se o DLBC disponibilizar um apoio de 50%, um desempregado dificilmente terá condições financeiras para desenvolver o projeto, porque está em situação de desemprego e naturalmente não estará numa situação confortável financeiramente. Efetivamente não será apelativo recorrer ao DLBC porquanto no I.E.F.P. terá apoios na ordem dos 100%, uma vez que pode beneficiar de uma vez só do montante do subsídios de desemprego a que tem direito, pelo que lhe apraz mencionar que se trata de um presente envenenado que está a ser dado aos territórios, porque o que vai acontecer daqui a 2 ou 3 anos é dizerem que nós não temos capacidades para poder implementar e executar todos os meios financeiros que nos são atribuídos, mas efetivamente se apenas nos limitarmos a essa intervenção isso vai acontecer. Referiu ainda, se por acaso existisse uma orientação nacional ou comunitária seria compreensível. Contudo, questionou como é que a região centro tem este tipo de intervenção limitada e Lisboa e Vale do Tejo e o Alentejo irão ter uma intervenção muito mais abrangente, pelo que as suas palavras relativamente a esta questão vão no sentido de solicitar solidariedade ao Município de Góis, não pela ADIBER, mas sim por este território, no sentido que haja uma alteração a este Aviso de concurso, sendo que já foi feita comunicação junto dos senhores Secretários de Estado do Desenvolvimento Regional e da Agricultura e da senhora Presidente da CCDRC no sentido de pelo menos poder



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

haver essa alteração ao Aviso desta 2ª fase, porquanto na 1ª fase também se verificou uma alteração ao Aviso, ou, pelo que menos que a breve prazo possa existir uma alteração legislativa que permita que o DLBC possa uma amplitude de intervenção muito maior do que aquela que está prevista nesta Aviso a bem de todos estes territórios.-----

-----Terminou a sua intervenção, informando que a ADIBER foi credenciada como Entidade Prestadora de Apoio Técnico por parte do I.E.F.P. aos projetos desenvolvidos por desempregados que submetem os seus projetos ao Instituto de Emprego, sendo que é disponibilizado apoio a esses beneficiários, desde que quem lhes faculte o apoio técnico sejam entidades credenciadas. A ADIBER é uma das 10 EPAT credenciadas na Região Centro e a única na área do Centro de Emprego do Pinhal Interior Norte.-----

-----A senhora Presidente referiu estar acompanhar a questão do CLDS e do RLIS, tendo sido solicitado no âmbito do CLDS alguns esclarecimentos junto do senhor Diretor da Segurança Social de Coimbra, porquanto o concelho de Góis reunia todos os requisitos para que houvesse continuidade do referido programa. Na questão do RLIS, referiu ter sido colocada numa situação de “confronto” com o Município de Vila Nova de Poiares, porquanto se trata de uma RLIS supra municipal, pelo que terá que se definir uma estratégia capaz de suprir as necessidades de ambos concelhos, tendo dado conhecimento de algumas démarches que irão ser tomadas neste âmbito.-----

-----Por último, felicitou a ADIBER por ser distinguida como Entidade Prestadora de Apoio Técnico parte do I.E.F.P. No que concerne à DLBC, referiu que é obrigação da CIM-RC impor-se sobre as medidas ora tomadas para a Região Centro.-----

-----Usou da palavra o senhor Victor Manuel Nogueira Dias referindo que sobre a atual situação do Centro Municipal da Santa Casa da Misericórdia de Góis, após intervenção do senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Góis em sede de Assembleia Municipal, solicitou audiência ao senhor deputado CDS, Dr. Faria de Almeida, a fim de expor este assunto, realçando que no dia de hoje irá reiterar o seu pedido porquanto é um assunto que urge a intervenção de todos, tal como aqui foi solicitado.-----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----A senhora Presidente agradeceu as palavras de solidariedade do munícipe na causa da Santa Casa da Misericórdia de Góis, que é também de todos nós.---

-----E não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião pelas catorze horas e quinze minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária. -----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,

---

---